



BRASILIANAS

William França
brasilianas.cm@gmail.com

Semob-DF

GDF mantém tarifas de ônibus congeladas até 2026

A promessa é do governador Ibaneis Rocha. As passagens mantêm os valores de 2020. Ano passado, o subsídio custou R\$ 1,608 bi ao GDF

Uma decisão política do governador Ibaneis Rocha (MDB), os usuários do transporte público vão continuar pagando os mesmos valores das passagens de ônibus urbano e de metrô que eram vigentes em janeiro de 2020, quando ele iniciou o segundo ano do seu primeiro mandato.

E a promessa dele, agora, "tem validade": até o fim deste seu segundo mandato, em janeiro de 2026 - ainda que ele deixe o GDF em abril de 2025 para concorrer ao Senado, como ele mesmo já havia informado.

O anúncio do congelamento foi feito ontem pelo secretário de Transporte e Mobilidade do DF, Zeno Gonçalves. "É uma determinação direta do governador, pensando no trabalhador, no pai de família e em todos os

usuários do transporte público", afirmou Zeno.

Em entrevistas a outros veículos de comunicação, o próprio Ibaneis Rocha tratou os subsídios que o GDF paga às cinco empresas que atendem o transporte público, além do Metrô-DF, como "transferência de renda para os que mais precisam".

No comunicado oficial do não-reajuste, a nota do GDF tem um tom quase irônico: "Enquanto sete capitais brasileiras iniciaram o ano de 2025 com reajustes nas tarifas de ônibus...", em referência ao anúncio de reajustes nas tarifas de Florianópolis (SC), Belo Horizonte (MG), Salvador (BA), São Paulo (SP), Natal (RN), Rio de Janeiro (RJ) e Recife (PE). "... o Distrito Federal optou por manter os valores atuais", conclui a primeira frase da nota à imprensa.

Sem subsídio, passagem a R\$ 13

Se fossem feitos os reajustes devidos e se o GDF não pagasse a diferença entre os custos reais e a arrecadação - ou seja, se não houvesse subsídio às cinco empresas, as passagens que hoje custam R\$ 2,70, R\$ 3,80 e R\$ 5,50 (dependendo da distância percorrida pela linha) poderiam custar até R\$ 13. Mais do que o dobro do valor pago hoje.

"Brasilianas" apurou que, em 2024, esse subsídio foi de R\$ 1 bilhão e 608 milhões. Esse é o valor que o GDF pagou diretamente pelos cofres públicos, por meio do caixa geral do governo. Todos pagam, mesmo quem não usa os ônibus no DF.

Segundo o GDF, essa é a chamada "tarifa técnica" - política que beneficia os usuários do transporte coletivo ao evi-

OPERADORA	2021	2022	2023	2024
	VALOR	VALOR	VALOR	VALOR
PIRACIBANA	R\$ 198.954.654,84	R\$ 290.702.476,96	R\$ 248.353.977,28	R\$ 240.075.681,25
PIONEIRA	R\$ 338.453.833,09	R\$ 409.005.518,32	R\$ 378.637.527,70	R\$ 318.548.565,78
URBI	R\$ 251.979.189,95	R\$ 306.444.796,91	R\$ 277.016.895,13	R\$ 287.123.607,69
MARÉCHAL	R\$ 148.926.100,66	R\$ 195.177.127,48	R\$ 143.589.989,81	R\$ 159.772.300,47
SÃO JOSÉ	R\$ 258.307.581,06	R\$ 338.839.930,21	R\$ 281.048.695,73	R\$ 222.834.168,79
TOTAL	R\$ 1.196.621.359,60	R\$ 1.540.169.849,88	R\$ 1.328.647.085,65	R\$ 1.228.354.323,98

Valor pagos pelo GDF como subsídio às empresas de transporte público. Não estão incluídos repasses a título de Dívidas de Exercícios Anteriores (DEA)

Geovana Albuquerque/ Agência Brasília



Zeno Gonçalves, secretário de Transporte e Mobilidade (Semob)

tar que o custo total do sistema recaia integralmente sobre os passageiros.

Nesse total, está incluindo o custo da operação (que incluem, por exemplo, a folha de pagamento dos motoristas e co-

bradores, além dos gastos com combustíveis e manutenção, além da renovação da frota) e o pagamento da Dívida de Exercícios Anteriores (DEA). Em 2024, R\$ 380 milhões foram repassados a título dessa dívida.

Subsídio em 2024 foi o menor em 3 anos

"Brasilianas" obteve o valor que o GDF pagou, para cada uma das empresas, a título de compensação, de 2021 a 2024 (veja a tabela). No ano passado, num comparativo, pode-se constatar que o subsídio foi o menor desde 2022.

Vale ressaltar que esses valores listados na tabela não levam em conta eventuais pagamentos de dívidas anteriores (DEA).

O valor total pago às empresas de ônibus nos últimos quatro anos foi de R\$ 5.293.792.619,11 (cinco bilhões, duzentos e noventa e três milhões, setecentos e noventa e dois mil seiscentos e dezenove reais e onze centavos).

A empresa Pioneira foi a que mais recebeu repasses do GDF, seguida pela Piracicabana.

Lei que alterava o Passe Livre Estudantil é declarada inconstitucional

Divulgação/Semob

Por unanimidade, o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (TJDFT) declarou ontem a inconstitucionalidade da Lei Distrital nº 7.422/2024. A norma, de iniciativa do deputado distrital Fábio Felix (PSol), havia ampliado o rol de beneficiários e as vantagens concedidas pelo Passe Livre Estudantil no transporte público.

O GDF, autor da ação direta de inconstitucionalidade, sustentou que a lei aumentava despesas públicas sem indicar fonte de custeio e invadia sua competência exclusiva. Argumentou ainda que a mudança na estrutura e nas atribuições de órgãos do governo, prevista na lei, exigiria iniciativa privativa do Poder Executivo.

O governador Ibaneis Rocha (MDB) havia usado essas justificativas ao vetar a lei, no dia 17 de janeiro do ano pas-

sado. Mas, a Câmara Legislativa do DF defendeu a validade da norma e afirmou que as modificações propostas não feriam a lei orgânica local. O caso foi parar na Justiça.

O que propunha a lei

O projeto de lei aprovado pela Câmara Legislativa do DF ampliava a concessão da gratuidade no transporte público coletivo para estudantes. Com a proposição legislativa, (a) aumentava o número de passes dos estudantes, para cumprimento de atividades acadêmicas, escolares e extracurriculares, sem observância ao limite existente; (ii) concedia gratuidade para o trajeto de estágio remunerado; (iii) assegurava o benefício para estudantes matriculados em centros olímpicos e paraolímpicos; (iv) elevava significativamente a quantidade de passes, garantindo-se 8 acessos diários,



O passe estudantil é um cartão digital recarregado a partir de informações das escolas e universidades

e em modalidades esportivas em centros olímpicos e paraolímpicos; (iv) elevava significativamente a quantidade de passes, garantindo-se 8 acessos diários,

a contar de 1º de janeiro até 31 de dezembro, o que equivale a 240 passes mensais, além de 10% para atividades extracurriculares, enquanto atualmente

o benefício está limitado a 54 viagens por mês e desde que ocorram no período letivo.

A ampliação da gratuidade, com aumento de despesa, estava desacompanhada da indicação de fonte de custeio e da estimativa do impacto orçamentário.

Segundo "Brasilianas" apurou, 66% das gratuidades ofertadas no sistema público de transporte já é formada pelo passe estudantil. Ao todo, as gratuidades para todas as categorias (que incluem anida PCDs e pessoas maiores de 60 anos, por exemplo) somam 34% dos usuários dos ônibus do sistema público do DF.

TJDFT deu razão ao GDF

No julgamento, o TJDFT entendeu que o aumento de gastos públicos

e a redefinição das atribuições de órgãos competem exclusivamente ao Chefe do Executivo, conforme a Lei Orgânica do Distrito Federal. Segundo a decisão, "não será objeto de deliberação proposta que vise a conceder gratuidade ou subsídio em serviço público prestado de forma indireta, sem a correspondente indicação da fonte de custeio". Diante disso, o Tribunal concluiu que a iniciativa parlamentar desrespeitou o princípio da separação dos poderes e o regime jurídico orçamentário.

Com a decisão, a Lei nº 7.422/2024 perdeu validade desde sua edição (efeitos ex tunc), o que significa que todas as alterações promovidas pela norma não podem produzir efeitos jurídicos.

DF tem déficit no comércio exterior

Paulo H. Carvalho/Agência Brasília

Estudo inédito mostra, porém, melhora, com queda de 73,7%

Por Mateus Lincoln

O Distrito Federal reduziu em 73,7% o déficit da balança comercial no primeiro trimestre de 2024, totalizando US\$ 285,6 milhões, segundo levantamento inédito do Boletim do Comércio Exterior do DF, divulgado pelo Instituto de Pesquisa e Estatística do Distrito Federal (IPEDF).

O resultado foi influenciado por uma desaceleração na corrente de comércio internacional, com quedas significativas tanto nas exportações quanto nas importações.

As exportações atingiram US\$ 49,6 milhões, com reduções de 51,8% em valor e 45,6% em volume em relação ao mesmo período de 2023. Já as importações somaram US\$ 335,1 milhões, impulsionadas principalmente por compras públicas do governo federal.

Questionada sobre a concentração de mais de 92% das exportações em cinco produtos, a Diretoria de Estatística e Pesquisas Socioeconômicas do IPEDF afirmou que a economia local apresenta diversidade, ainda que algumas categorias predominem.

"As exportações realizadas pelo DF no primeiro trimestre de 2024 abrangeram 172 produtos, incluindo agropecuários, alimentos, bens de consumo, insumos industriais e bens de capital, evidenciando uma base produtiva variada", explicou à reportagem.

Entretanto, os principais itens exportados têm peso significativo na balança comercial.

"As exportações de soja e carnes de aves destacam-se tanto pelo volume quanto pelo alto valor agregado, superando significativamente outros pro-



Pela primeira vez, foi feito estudo do tipo pelo IPEDF

duto, como vestuário, preparações alimentícias e produtos capilares", acrescentou a diretoria.

Para fomentar o comércio exterior, o governo do Distrito Federal (GDF), em parceria com a Agência Brasileira

de Promoção de Exportações e Investimentos (ApexBrasil), lançou um novo ciclo do Programa de Qualificação para Exportação (PEIEX), em outubro de 2024, durante o evento "DF para o Mundo".

Com investimento superior a R\$ 1,8 milhão, a iniciativa visa capacitar empresas da região para exportar, identificando mais de 2.000 oportunidades comerciais no mercado internacional.

O IPEDF destacou que o programa é uma ação estratégica para fortalecer a presença do DF no comércio exterior. Além disso, o boletim recém-divulgado foi citado como ferramenta importante para orientar agentes econômicos e disseminar informações sobre o tema.

Apesar de ocupar posições relevantes em segmentos específicos, o DF ainda enfrenta desafios para ampliar sua representatividade em produtos de maior relevância nacional, como soja e milho.

A diretoria ressaltou que, embora haja diversidade na base produtiva, "a representatividade de itens de menor valor agregado no total exportado é restrita, o que limita o impacto no comércio exterior".

O DF apresenta destaque em nichos específicos. A região ocupa o nono lugar na exportação de carnes congeladas de aves.